

A VIOLÊNCIA NO ENTORNO DE ESCOLAS PÚBLICAS: DIREITO A EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

Eduardo Augusto Moscon Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
eduardomoscon@hotmail.com

Resumo: Pesquisa exploratória que discute a situação de risco social extramuros em escolas estaduais do município de Cariacica, região metropolitana de Vitória/ES e sua influência nas unidades escolares. A pesquisa relaciona a violência no entorno das escolas como uma ameaça a garantia de acesso e permanência do aluno na instituição. Por meio de entrevistas buscou-se a percepção dos diretores das escolas sobre a situação de risco no entorno das escolas. Também, com pesquisa documental, foram levantadas e organizadas as estatísticas oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo das ocorrências registradas nas proximidades das escolas no período de 2005 a 2009. De acordo com o mapa da “Violência no Brasil 2010” a região metropolitana de Vitória ostenta elevados índices de homicídios, tendo como vítimas, jovens. Ao impedir que as garantias constitucionais sejam exercidas, a violência contra a população torna-se um obstáculo, inclusive ao direito de acesso a escola pública. Questiona-se a relação se estabelece entre direito a educação e violência. Ressalta a necessidade de considerar a violência no entorno das escolas como problema de segurança pública em que direitos são desrespeitados. Um amplo diálogo entre sociedade civil, escolas e os diversos órgãos do Estado é fundamental para o planejamento de políticas públicas efetivas necessárias ao enfrentamento da questão.

Palavras-chave. violência no entorno da escola; acesso e permanência na escola; educação e segurança pública.

INTRODUÇÃO

O “mapa da violência 2010”, (WASELFISSZ, 2010) destaca que o número percentual de homicídios cometidos contra os jovens no Brasil tem aumentado. Passou de 30,0 (por 100.00 jovens) nos anos 1980, para 50,1 em 2007. No mesmo período, a taxa de homicídios na população “não jovem”, diminuiu. O trabalho aponta para a preocupante situação do jovem no Brasil, grupo de risco que mais sofre os efeitos perversos da exclusão e da violência homicida.

O estado do Espírito Santo (ES), apesar de ter uma população de pouco mais de 3,5 milhões de habitantes é um estado que proporcionalmente tem elevados índices de homicídio, em especial de jovens. A região metropolitana do ES tem permanecido nas três primeiras posições do ranking do mapa da violência, na última década.

A região metropolitana da Grande Vitória, composta pelos municípios de Cariacica, Serra, Fundão, Guarapari, Vila Velha, Viana e Vitória, concentra parte significativa da população do estado e também elevados níveis de violência e criminalidade. Historicamente, a ocupação desordenada desde a década de 1970, com a implantação dos “grandes projetos industriais” focados na exportação de *Commodities* para o mercado internacional expandiu-

se os bairros periféricos na região metropolitana. Recentemente, na última década, houve crescimento econômico ainda calcado em um modelo concentrador de riquezas em que poucos são beneficiados. Adicione-se a isso, uma elite política local que durante décadas tem se apropriado dos poucos recursos públicos em benefício próprio. A corrupção, nepotismo, mandonismo e a criminalidade perpassam as diversas instâncias governamentais e poderes constituídos, inclusive o judiciário. Com o período de Governo Paulo Hartung (2003-2010), houve uma melhoria na estrutura e no poder de atuação do Estado para a elaboração de políticas públicas. Porém, a estrutura social não foi modificada significativamente. O Espírito Santo ainda é, em 2010, um dos estados mais violentos do Brasil.

Sobre a violência, várias abordagens são desenvolvidas por diferentes cientistas sociais. Entende-se ‘violência’ como a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo. Além disso, a intervenção física, na qual a violência consiste, tem por finalidade destruir, ofender e coagir. É exercida contra a vontade da vítima. Violência, portanto, relaciona-se com poder (BOBBIO, 1995).

Violência é uma linguagem, presente na estrutura social. Para a utilização dos dados oficiais em relação aos registros, considera-se violência em sentido jurídico.

A escalada desse tipo de violência, que solapa a cidadania, segundo Zaluar (2001, p.146),

...não pode ser atribuído a “causas” determinantes, mas sim à interação de diversos aspectos que contribuem, na sua sinergia, para estimular a violência, principalmente entre os jovens. Os estudos de Zaluar (1994a, 1998b e 1999) analisam essa interação que envolve o funcionamento do sistema de justiça, o crime-negócio ou economia subterrânea em tempos de globalização, bem como a vulnerabilidade dos jovens pobres. Dellasoppa *et al.* (1999) também apontam para o fator institucional da desigualdade no Brasil, desigualdade pensada em termos do social da vulnerabilidade dos jovens pobres e em termos da economia subterrânea, mas analisam cada um separadamente.

A situação de desigualdade presente no Brasil durante décadas, aliada a uma globalização perversa, gestou uma instância de poder que se funda na coerção, medo e terror, inclui perversamente os jovens no mundo da criminalidade e, especial o tráfico de drogas.

Segundo Njaine e Minayo (2003) de acordo com suas características, as escolas públicas enfatizam as experiências de agressões físicas e depredações; nas particulares, as queixas maiores são de roubos e humilhações. Nas escolas situadas em áreas de intensos conflitos entre traficantes e a polícia, a existência de armas de fogo, são mais citadas tanto pelos adolescentes quanto pelos educadores. Essas escolas também eram as mais depredadas e pichadas, evidenciando-se a inter-relação do ambiente com a instituição escolar.

A família e a escola têm sido historicamente a base da educação de crianças, adolescentes e jovens e da inserção social desse grupo. Com a desestruturação do ambiente familiar aliada a falta de diálogo e as diversas formas de violência familiar, sendo muita das vezes essa violência refletida no comportamento dos alunos, desafiando os educadores a lidarem com essa

problemática. O lugar da escola, como fonte privilegiada de mediação, assim como o da família possibilita uma atuação ampla no campo da prevenção da violência. Mas é necessário que essas instituições caminhem juntas, buscando principalmente estabelecer uma relação respeitosa com os jovens, entretanto o que se percebe é o afastamento da família da função de educar os jovens, sobrecarregando a escola (NJAINÉ; MINAYO, 2003).

Dentro deste contexto, o estudo procurou responder as seguintes questões de investigação:

Em que medida a violência no entorno da escola é um obstáculo a garantia de acesso e permanência do aluno na escola?

Qual a percepção dos diretores sobre a violência no entorno das escolas no município de Cariacica? O que dizem as estatísticas oficiais?¹

Quanto à natureza essa pesquisa é qualitativa, exploratória e documental, pois abrange várias técnicas de investigação que são utilizadas como procedimentos metodológicos que descrevem e interpretam representações e o significado do grupo social pesquisado dá a sua experiência cotidiana (RICHARDSON, 1999).

Considerando as particularidades deste trabalho, as escolas escolhidas para esta pesquisa foram três Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio, tendo mais de vinte anos de funcionamento. Os instrumentos para coleta de dados foram entrevistas semi-estruturadas e dados estatísticos fornecidos pela Secretária de Estado da Segurança Pública.

Foram utilizadas as entrevistas semi-estruturadas, que segundo Laville e Dionne (1999) correspondem a uma seqüência de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem previamente estabelecida, podendo no decorrer das entrevistas serem acrescentadas perguntas de esclarecimento pelo pesquisador. As entrevistas foram direcionadas para os Diretores. Todas as pessoas que participaram das entrevistas se colocaram disponíveis em colaborar e deixou-se explícito em garantir o anonimato de todos.

O DIREITO A EDUCAÇÃO E A GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA

Como expressa Jamil Cury (2008), até 1988, Educação era vista mais como uma necessidade e um dever do que propriamente como um direito. Considerada necessária ao desenvolvimento da sociedade, a Educação se impunha ao Estado como ideal político a ser alcançado, mas sem que lhe correspondesse, na contrapartida, de parte dos cidadãos, qualquer instrumento de exigibilidade. Para a efetividade de tal direito, alguns instrumentos legais foram criados, entre eles, o mandado de segurança, individual e coletivo, o mandado de injunção e a ação civil pública.

Nesse contexto, a educação no Brasil e os enfrentamentos para efetivação do direito à educação são determinados por diferentes fatores, como: estrutura econômica e a sua vinculação periférica ao capitalismo; a distribuição espacial cidade x campo, e uma estrutura que perpetua as profundas desigualdades sociais; a efetividade parcial de direitos, correspondendo a uma cidadania ‘tutelada’; uma elite extremamente conservadora, entre outros.

Considerando os direitos assegurados na Constituição brasileira de 1988, que garante a todo cidadão brasileiro o direito a educação:

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A educação é um direito de todos e dever do Estado, e o artigo 208 destaca de que forma o Estado deve prover a educação para o cidadão brasileiro.

Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I – educação básica gratuita e obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive a sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
II- progressiva universalização do ensino médio gratuito;

[...]

§ 2º – O não-oferecimento de ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

Apesar da garantia constitucional, ainda é um desafio a universalização da educação, em especial para os jovens de 14 a 17 anos. Cumpre destacar que o acesso e a permanência do aluno na escola é responsabilidade do Estado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) traz em seu escopo a obrigatoriedade do fornecimento da educação pelo Estado, em seu artigo 3º, “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Surge então a indagação: quando o acesso e a permanência do estudante na escola são comprometidos pela violência – em suas diversas formas – não se cumpre o preceito constitucional do direito a educação. Mas, como mensurar a violência no entorno das escolas?

AS ESCOLAS E SEU ENTORNO

O município de Cariacica localiza-se a oeste da Capital do Espírito Santo, a cidade de Cariacica integra a Região metropolitana da Grande Vitória. Cariacica destaca-se pelo potencial logístico pela sua localização estratégica, possui como área total 285, 03 Km², população de 356, 536 habitantes (IBGE, 2007), índice de desenvolvimento humano 0,75 (IBGE, 2000), com uma receita total de 290 milhões de reais anual.

As escolas estudadas foram visitadas e observadas sendo realizada uma entrevista com seus respectivos diretores e juntamente com uma análise dos seus respectivos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) que serviram de base para as descrições das três escolas visitadas.

Segundo Veiga (1995) a construção do PPP garante à escola a autonomia necessária para pensar e repensar o cotidiano educativo, uma vez que sua dimensão política assegura os princípios norteadores do PPP, que são: igualdade de condições para acesso e permanência na escola, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério que consubstancia no redimensionamento das políticas de democratização da escola pública brasileira.

Considera-se para este estudo as “ocorrências policiais” os acionamentos realizados no ‘entorno’ das escolas. Entende-se como ‘entorno’ um raio de 200 (duzentos) metros do perímetro das escolas e, quando ao acionar o serviço de emergência da polícia militar a escola tenha sido a referência passada para a localização do fato ocorrido.

Para melhor visualização e análise as ocorrências policiais foram separadas da seguinte forma: a) de acordo com sua localização, dentro ou no entorno da escola; b) separadas por grupos criminais, como crime contra pessoa, furto e roubo, dentre outras.

O período estudo foi durante os anos de 2005 a 2009. Os dados analisados são do Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES) ligado diretamente a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP) e fornecido pela Gerência Estatística de Análise Criminal (GEAC) da SESP.

Os dados estão apresentados sob a forma de tabelas simples para permitir uma leitura mais clara do significado estatístico dos resultados. As tabelas consideraram os “índices criminais”, em função da sua relevância relativa para a análise e aspectos específicos.

Tabela 1- Ocorrências no entorno das escolas

Incidente	2005	2006	2007	2008	2009
Homicídio	06	10	11	14	31
Tentativa de homicídio	04	07	12	14	12
Lesão corporal	16	30	36	33	41

Fonte: GEAC/SESP (2010).

Na tabela 1, os índices de homicídio e tentativa de homicídio no entorno das escolas é alarmante e vem crescendo assustadoramente nos últimos anos, chegando a trinta e um homicídios no ano passado, a ocorrência destes crimes nas imediações do ambiente escolar favorece para um clima de medo e de insegurança, impactando a qualidade e acesso e permanência do aluno no ambiente escolar. Tais eventos levam a um estado de pânico e, em diversas ocasiões, as aulas são suspensas trazendo um prejuízo para os alunos.

Tabela 2 - Ocorrências no entorno das escolas

Incidente	2005	2006	2007	2008	2009
Furto	24	35	51	54	63
Roubo	22	26	47	39	88
Apreensão de arma de fogo	04	04	00	04	06

Fonte: GEAC/SESP (2010).

Verifica-se na tabela 2, que o índice de furto e roubo no entorno é alarmante se considerarmos que nem todos os furtos e roubos são catalogados pelos órgãos públicos. Se a escola tem o dever de zelar o aluno em suas dependências, chegar à escola ou retornar a casa é acaba sendo um risco assumido pela família. Os familiares o/ou responsáveis pelos alunos

acabam tendo sobre eles uma responsabilidade que deveria ser do poder público, uma vez que a segurança pública é dever constitucional do Estado.

A Tabela 3 apresenta as apreensões de entorpecentes, sobretudo nas revistas realizadas no entorno das escolas. Apesar disso, as “drogas” estão presentes dentro das escolas, conforme as falas dos diretores entrevistados. Tal situação pode ocorrer devido ao fato de que a utilização e comércio de drogas ilícitas não são registrados por parte da população, mas dependem de ação direta da polícia em atuações ostensivas. As operações realizadas no entorno das escolas são fundamentais. Em muitos locais traficantes interferem no cotidiano da escola e nem sempre são alvos de ações por parte da polícia.

Tabela 3 - Ocorrências no entorno das escolas

Incidente	2005	2006	2007	2008	2009
Tráfico de entorpecente	01	03	00	05	05
Posse e uso de entorpecente	01	05	03	04	06

Fonte: GEAC/SESP (2010).

Antes de analisar a Tabela 4, cabe um esclarecer o que significa “vias de fato”. É uma discussão e/ou agressão, em que não há lesão corporal em qualquer uma das pessoas envolvidas no evento. “Ocorrência encerrada no local” é aquela em que as pessoas envolvidas chegaram num acordo. Neste ultimo caso, a conciliação e esclarecimento dependem da atuação e avaliação do agente público presente no local.

Tabela 4 - Ocorrências no entorno das escolas

Incidente	2005	2006	2007	2008	2009
Vias de fato	27	38	65	59	38
Ocorrência encerrada no local	132	197	220	437	560
Preventivo solicitado	14	64	129	114	177

Fonte: GEAC/SESP (2010).

Fica evidente ao visualizar a Tabela 4 que o entorno das Escolas Estaduais de Cariacica não é um lugar tranquilo. Somente por estes 03 (três) tipos de incidentes foram 775 chamados para presença policial nos entorno das escolas no ano de 2009. Verifica-se uma demanda crescente da presença da força policial no entorno das escolas o que nos revela ser um ambiente de desordem que compromete o acesso e permanência dos alunos no ambiente escolar, proporcionando que os alunos tenham sérios riscos nos deslocamentos diários de ir e vir das escolas. Não há garantias de acesso permanente do aluno, a escola, por parte do Estado. Não basta ampliar as matrículas, realizar chamada escolar. Ou mesmo transporte, em algumas regiões. É preciso mais.

A FALA DOS DIRETORES

Por uma questão de preferência metodológica e tendo em vista que não era o escopo do trabalho, optou-se por não incluir na pesquisa os demais funcionários administrativos das escolas e pais, apesar de pertencerem à comunidade escolar.

Os entrevistados ao serem questionados sobre o entorno onde as escolas estão inseridas foram unânimes em afirmarem que o entorno das escolas são problemáticos, com ações de vandalismo, impedindo o funcionamento regular da escola. O entrevistado nº 1 disse que:

...nós estamos localizados em uma rua onde se você andar um pouco verá uma boca de fumo atrás da outra. Nós temos um pátio enorme onde havia uma invasão por parte de “pivetes” muito grande na hora do recreio, mas ultimamente não está ocorrendo mais. Nós estamos numa região de problemas.

Já o entrevistado nº 3 relatou que:

A violência do entorno reflete dentro da escola, eu percebo que as coisas acontecem muito aqui na escola na segunda-feira, devido a problemas que acontecem na praça do bairro no sábado e no domingo, as briguinhas, as confusões e são resolvidas dentro da escola na segunda-feira, muitas das vezes. A violência maior que ocorre dentro da escola vem de problemas externos [grifo nosso].

Fica evidente que os muros das escolas não são capazes de afastar os problemas do seu entorno, diante desse problema e com a demonstração das tabelas anteriormente analisadas, não tem como dissociar a escola do seu entorno, e para garantir um ensino de qualidade com acesso e permanência dos alunos sem interferência da violência. O que acontece ao redor das escolas deve ser analisado, pois se verifica que muito dos problemas enfrentados nas escolas tem sua origem no seu entorno.

Já as principais ocorrências policiais *registradas nas escolas* pesquisadas são as agressões verbais, chegando às vezes até ameaças de morte e seguidas das agressões físicas. Sendo que em sua maioria esses fatos ficam registrados, originam apenas ficha individual do aluno, não acionando a polícia, levando a uma sub-notificação dos fatos. Apesar de não serem objeto de pesquisa deste trabalho, os registros são elevados: 77 ocorrências encerradas no local, só nas escolas estaduais de Cariacica/ES. Ou seja, foram resolvidas com a presença da polícia. Em sua maioria são ocorrências de agressões verbais na qual as partes chegam a uma conciliação amigável, e a polícia funciona como mediadora de conflitos.

Ao serem questionados se a violência influencia de alguma forma no acesso e permanência do aluno na escola, ferindo o direito público à educação, houve unanimidade na resposta. O entrevistado nº 1 afirma que:

Nós tivemos aqui mais de 2500 alunos há cinco anos, hoje nós temos 1100 alunos. Perdemos 1400 alunos por causa da violência. Isso por que houve há três anos uma reportagem onde pessoas entravam na escola para vender drogas e foi filmada e fotografada uma pessoa no interior da escola.

A violência nas diversas formas influencia negativamente e interfere diretamente no acesso e permanência de alunos na escola, implicando em medo e receio dos pais de matricularem seus filhos em instituições de ensino tomadas por “bandidos”, deixando os alunos a mercê de outras influências e tendo que procurarem outros locais, às vezes mais distantes de suas casas.

Corroborando com essa análise o entrevistado nº 2 respondeu que: *“A violência está sempre presente, mas se você não torna a escola em um ambiente tranqüilo, salutar e saudável a violência afasta o aluno da escola e vai influenciar muito no rendimento dele”*. Verifica-se nesta fala que a evasão escolar tem como uma das causas a violência, fato muito grave que precisa ser aprofundado e enfrentado, pois as conseqüências são nocivas a sociedade como um todo.

Todos os entrevistados afirmaram que já tiveram que acionar a polícia várias vezes. A entrevistada nº 2 disse que: *“Várias vezes, devido a interferências externas de alunos de outros locais que adentram o pátio para agredir os alunos e vandalismo. Desocupados que não tem o que fazer e estão atrapalhando o bom andamento da escola”*. A necessidade de algumas ações fica cada vez mais evidente quando do aprofundamento na questão investigada.

Ao serem perguntados por sugestões de ações contra a violência no ambiente escolar, houve um consenso nas respostas, que indicam um perfil desejado para os policiais que atuariam dentro de uma parceria entre a Polícia Militar e a Secretaria estadual de educação que angariariam a confiança da comunidade escolar: exercerem a autoridade; orientar e acompanhar; serem acessíveis e prestativos; preparados para o trabalho; conversar com alunos; dialogar com comunidade escolar; serem educados, solícitos e apresentarem sugestões para as soluções dos problemas enfrentados na escola e não vão à escola somente quando chamados, que a presença de policiais seja uma constância no ambiente escolar para poderem desempenhar o papel desejado pela comunidade escolar.

Todos estes adjetivos sinalizam para um profissional especializado que vai prestar um serviço de boa qualidade, que suas atuações serão compreendidas dentro de uma filosofia de trabalho que se encaixa dentro da polícia. O entrevistado nº 3 relatou: *“Eu não gostaria de uma polícia que viesse a escola só para reprimir. Mas eu acredito numa polícia parceira”*.

De acordo com a fala supracitada, o sucesso de qualquer projeto a ser implementado, deve ser pautado dentro de uma linha de atuação trabalhada em conjunto com a comunidade escolar, pois do contrario as pessoas quem deveriam acionar o serviço não irão fazê-lo por desconfiarem da prestação do serviço oferecido. Para as pessoas acreditarem no serviço proposto, devem fazer parte de sua criação e o atendimento ser de acordo com o esperado.

É importante salientar que existe um projeto de atuação da polícia militar dentro das escolas. Além disso, existem programas da própria polícia militar. Mas são pontuais e limitados, devido a pouca abrangência social e envolvimento da comunidade. No caso da secretaria de educação estadual, o Sistema de Segurança Escolar (SISE) foi criado em 25.06.1999 através do decreto nº. 7.437-E do Governo do Estado do Espírito Santo para atuar nas escolas estaduais. Em 2010, existiam 584 escolas estaduais de ensino regular e sendo 47 localizadas no município de Cariacica. O SISE conta apenas com 08 (oito) policiais da ativa da polícia militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como um dos objetivos investigar a violência no entorno da escola e verificar se essa violência é uma ameaça a garantia de acesso e permanência do aluno na escola, ferindo um direito constitucional de um ensino de qualidade e gratuito, conforme preceitua a constituição federal e Lei de Diretrizes e bases da educação nacional.

Ao analisar as estatísticas da violência ficou evidenciado esta ameaça e ao entrevistar os diretores das, identificou-se a percepção sobre a violência no entorno das escolas no município de Cariacica.

Constata-se diante do que foi investigado que ensino de qualidade é obrigatório e para isso deve-se ter uma política pública adequada para se efetivar direitos. Tem se preocupado o interior da escola e se esquecem de garantir o direito de acesso do estudante na escola, cuidando do seu entorno. Diante disso, muito se fala sobre a escola, mas parece que ela é isolada do meio social, que não é componente de uma comunidade e que o direito a educação somente começa da porta para dentro da escola, desconsiderando a situação de risco social em que vivem e circulam as crianças e jovens.

Os dados estatísticos e na fala dos diretores o entorno das escolas é o principal fomentador da violência que ocorre dentro da escola, para tanto qualquer que seja a política pública adotada para enfrentar esse problema, ela deve contemplar em especial o entorno.

É inadmissível que o ambiente escolar, construído para a formação dos cidadãos brasileiros oferecendo uma educação de qualidade com valores sociais, postura ética e moral, torne-se um local de medo, de incertezas, violento. Como se fosse possível isolar a escola do flagelo que vive milhares de crianças e jovens, cidadãos brasileiros.

Nesse sentido, ações compartilhadas de diferentes órgãos do poder público podem estabelecer a diferença necessária para que o acesso e a permanência desses cidadãos brasileiros no ambiente escolar ocorram de forma satisfatória. A pesquisa junto aos diretores e a SEDU, mostrou a necessidade de ampliar parcerias.

Uma das sugestões levantadas na pesquisa é a designação de um setor específico da polícia militar para análise dos índices criminais das ocorrências do interior e entorno das escolas para subsidiar as ações e operações diárias dos policiais que atuam no policiamento escolar dentro da filosofia da polícia comunitária.

NOTA

¹ O presente trabalho é parte da pesquisa intitulada “Violência no entorno da escola: um obstáculo ao direito de acesso dos estudantes às escolas estaduais”, desenvolvida em parceria com Natanael César Côgo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. Lei n.º 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, 1996.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 7.ed. Brasília: UNB, 1995.

CURY, Carlos R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de pesquisa**, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

_____. A educação básica como direito. **Cadernos de pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.

ESPÍRITO SANTO. **Constituição do Estado do Espírito Santo**. Vitória, ES, 1989.

_____. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Gerência Estatística de Análise Criminal. **Estatísticas de Atendimento de Ocorrências Policiais no Entorno e nas Escolas Estaduais do Município de Cariacica de 2005 – 2009**. Vitória, 2010.

KONZEN, A. A. O direito a educação escolar. In: BRANCHER, L. N.; RODRIGUES, M. M. e VIEIRA, A. G. (org). **O direito é aprender**. Brasília: FUNDESCOLA/MEC, 1999, p. 659-668.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda/ Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

NJAINÉ, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção. **Interface (Botucatu)**, v. 7, n. 13, p. 119 – 134, ago. 2003.

NUNES, A.; CELSO JUNIOR; COELHO, P. Mulher invade sala de aula e fere aluna. **Jornal a tribuna**, Vitória, 24 de março de 2010.

RIBEIRO, I. Filho de professora assassinado na frente de Escola. **Jornal a tribuna**, Vitória, 01 de junho de 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Jorge da. **Segurança Pública e Polícia: criminologia crítica aplicada**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

VEIGA, Zilma Passos. **Escola: Espaço do projeto pedagógico**. Campinas, Papirus, 1998.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil**. Salvador: Instituto Sangari, 2010.

ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso: juventude e política social**. Rio de Janeiro: Escuta, 1994.

_____. **Da revolta ao crime S.A.** São Paulo: Editora Moderna, 2002.

ZALUAR, A.; LEAL, M.C. Violência extra e intramuros. **RBCS**, v.16, n.45,p. 145-164, fev. 2001.